UNIVERSIDAD DE ATACAMA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE DO ATACAMA- CHILE E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ- BRASIL

Entre os abaixo assinados: **MARIA JOSE GALLARDO NELSON**, maior de idade, domiciliada na Avenida Copayapu nº 485, Copiapó, Região de Atacama – Chile, devidamente habilitada no exercício do cargo de **VICE-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**, que atua em nome e representação da **UNIVERSIDADE DO ATACAMA,** RUT 71.236.700-8, sociedade anônima de direito público, doravante denominada **UDA**; e o Pr. Dr. **DARCIO ITALO TEIXEIRA**, maior de idade, domiciliado na cidade de Fortaleza Ceará-Brasil, RG nº 200401028301-7, CPF nº 714.757.613-68, na qualidade de Vice-presidente no exercício da Presidência da **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ,** doravante **UECE,** acordaram celebrar o presente **ACORDO DE COLABORAÇÃO:**

CONSIDERAÇÕES

PRIMEIRO: Que **A UNIVERSIDADE DO ATACAMA** é uma universidade pública e tradicional do Estado do Chile, membro do Consórcio de Universidades Estaduais do Chile e do Conselho de Reitores das Universidades Chilenas, sendo também participante da Associação de Universidades Regionais do Chile, com personalidade e herança próprias, autônomas e que se rege por Estatutos próprios, que indicam que o seu objetivo é "o ensino e o cultivo superior das artes, das letras e das ciências", doravante

SEGUNDO: Que **A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ** é pessoa jurídica de direito público, autônoma e, de acordo com as disposições acima mencionadas, goza de personalidade jurídica própria e plena capacidade de atuação dentro de seu âmbito de atuação, tendo confiado o serviço público de ensino superior, ensino, estudo e pesquisa, que realiza por meio de cumprimento, entre outros, da finalidade de promover a sistematização, o desenvolvimento e a disseminação das diferentes formas de conhecimento humano, valorizando os padrões culturais das comunidades locais, regionais e nacionais.

TERCEIRO: Que as entidades que celebram este Acordo, ou seja, A UDA e A UECE, são entidades que incluem entre seus objetivos, funções e missões, o estabelecimento e desenvolvimento de relações de cooperação internacional entre ambas as instituições por meio da colaboração acadêmica, científica e cultural.

QUINTO: Que a UDA e a UECE considerem de suma importância buscar a integração institucional, como estratégia fundamental para promover um processo de planejamento e

desenvolvimento da cooperação internacional, em benefício de ambas as instituições, a partir do ensino, da pesquisa e da articulação com o meio ambiente.

SEXTO: Que para alcançar os propósitos conjuntos, é necessário unir forças e desenvolver mecanismos de colaboração e apoio interinstitucional que acelerem e concretizem o objeto deste acordo.

SÉTIMO: Que a UDA e a UECE concordem com o interesse em realizar atividades educacionais com base no exposto; por isso, abre-se um amplo espectro de possibilidades de colaboração, considerando oportuno assinar um protocolo que permita um uso mais otimizado dos recursos e a colaboração ativa no desenvolvimento de temas de interesse comum.

OITAVO: Que, sem deixar de considerar os objetivos abaixo enunciados, as partes declaram ter especial interesse em compartilhar conhecimentos e experiências no campo das políticas públicas, levando em consideração que a UECE está desenvolvendo um Doutorado em Políticas Públicas e a UDA um Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Territorial.

Diante do exposto, as partes concordam em assinar este acordo de colaboração, que será regido pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULAS

PRIMEIRO: OBJETIVO. Estabelecer as bases de uma COLABORAÇÃO mútua entre a UDA e a UECE, para a realização de processos e atividades em benefício da pesquisa e inovação, ensino e tecnologia, interação social em geral, realização de estágios, e todas as áreas de interesse recíproco típicas de seus objetivos e funções, com vista à consecução dos seus objetivos e à utilização racional dos seus recursos.

SEGUNDO: TERMOS DE COLABORAÇÃO. A colaboração interinstitucional materializar-se-á, sem excluir outras possibilidades, nas ações abaixo indicadas:

1. Criar, desenvolver e executar conjuntamente Projetos que promovam a investigação e inovação.
2. Elaborar publicações conjuntas.
3. Organizar e desenvolver eventos de interesse para ambas as partes.
4. Trocar experiências e estudos próprios no desenvolvimento do objeto deste acordo.
5. Criar e desenvolver processos de formação em temas relacionados com a investigação, ligações com o ambiente e inovação.
6. Desenvolver recursos, conteúdos e ferramentas educativas para a investigação, interação social e inovação.

7. Realizar processos de mobilidade internacional para professores e alunos de ambas as universidades.
8. Realizar os estágios de formação, tecnológicos e profissionais de alunos de graduação da Universidade Estadual do Ceará nas diferentes dependências de ambas as universidades.
9. Este acordo não impede que nenhuma das partes celebre acordos semelhantes com outras instituições ou universidades de ordem nacional ou internacional.

TERCEIRO: ACORDOS ESPECÍFICOS. As ações específicas de colaboração que derivam da aplicação deste acordo-quadro serão acordadas por aqueles que estiverem habilitados para o efeito, de acordo com o regulamento interno de cada instituição. Esses acordos específicos serão parte integrante deste contrato para todos os fins e conterão todas as informações e documentos necessários para determinar seus propósitos e escopo, bem como a responsabilidade econômica de cada uma das partes. Para a elaboração de acordos específicos, será tida em conta a autonomia das partes, o justo equilíbrio entre as contribuições e benefícios para as instituições e a disponibilidade de recursos.

QUARTO: CONTEÚDO DOS ACORDOS ESPECÍFICOS. Os projetos e/ou atividades objeto de acordos específicos, enquadrados neste acordo, devem contemplar, entre outros, os seguintes aspectos: Definição do objetivo a prosseguir; descrição da obra, incluindo as diferentes fases e cronologia do seu desenvolvimento; orçamento total e recursos materiais e humanos necessários ao projeto a executar, identificando os contributos de cada entidade; regras para a coordenação, execução e acompanhamento do projeto; Número de pessoas para cada parte que serão nomeadas de comum acordo e serão responsáveis pelo andamento do respectivo acordo; definição clara de direitos de propriedade intelectual ou modalidades para comercialização de resultados, se houver; e aqueles que são considerados pertinentes por ambas as partes.

QUINTO: OBRIGAÇÕES CONJUNTAS. As partes comprometem-se a:

1. Lutar pela qualidade da academia das duas casas de estudo.
2. Estabelecer vínculos acadêmicos em relação às três funções substantivas da universidade: ensino, pesquisa e vínculos com o meio ambiente e interação social.
3. Realizar os processos desenvolvidos em conjunto, levando em consideração os parâmetros éticos e bioéticos de cada um dos países e universidades.
4. Criar espaços que permitam exaltar os valores institucionais de ambas as casas de estudo .

SEXTO: SUPERVISÃO. O professor MARIO MATURANA CLARO, Diretor do Centro de Governança, Políticas e Gestão Pública da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da **Universidade do Atacama**, atuará como coordenador deste acordo. Em nome da **Fundação Universidade Estadual do Ceará**, o coordenador encarregado de garantir a correta execução do convênio será José Joaquim Neto Cisne, Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados, CESA. As funções dos

coordenadores, sem prejuízo do disposto na lei de supervisão, são: assegurar o cumprimento do acordo nos termos acordados; manter a consolidação das informações geradas na execução do contrato; organizar o arquivamento da documentação gerada no desenvolvimento do contrato e enviá-la ao seu arquivo original; emitir relatórios e conceitos fundamentados e com o suporte necessário sobre as diferentes circunstâncias que surgem na execução do contrato; processar em tempo hábil, se necessário, as modificações do contrato, prorrogações, suspensões, sua liquidação; e verificar o cumprimento dos requisitos para a execução do contrato, incluindo a constituição de garantias e sua modificação conforme o caso.

SÉTIMO: ASPECTOS FINANCEIROS. Todos os aspectos de natureza econômica serão acordados entre as partes por meio dos **Acordos Específicos**. Esclarece-se que a assinatura deste acordo não acarreta despesas orçamentárias para nenhuma das partes.

OITAVO: PROPRIEDADE INTELECTUAL. A propriedade intelectual derivada do trabalho realizado em decorrência deste acordo estará sujeita às disposições legais aplicáveis e aos instrumentos específicos assinados pelas partes a esse respeito, concedendo o reconhecimento correspondente a quem interveio na execução do mesmo.

NONO: EXCLUSÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO. As pessoas que participam das atividades realizadas no âmbito deste acordo mantêm sempre o vínculo com a instituição de origem e, portanto, não adquirem vínculo empregatício com a anfitriã.

DÉCIMO: EXCLUSÃO DA SOLIDARIEDADE. Não haverá regime de solidariedade entre as partes deste acordo, cada uma será responsável perante terceiros, pelas obrigações que assume especificamente em razão do mesmo.

DÉCIMO PRIMEIRO: ATRIBUIÇÃO. Este acordo é celebrado em consideração às partes signatárias e ao propósito que se pretende desenvolver; consequentemente, nenhuma delas pode cedê-lo sem o consentimento expresso por escrito da outra.

DÉCIMO SEGUNDO: DURAÇÃO E EXTENSÃO. Este acordo terá uma duração de **cinco (5) anos** a partir da sua assinatura. PARÁGRAFO: Qualquer modificação, suspensão, prorrogação ou acréscimo a este contrato deverá ser mutuamente acordado, por escrito e assinado entre as partes, em documento que fará parte integrante do contrato, antes de seu vencimento.

DÉCIMO TERCEIRO: RESCISÃO. O presente contrato cessa definitivamente e os serviços nele referidos cessam nos seguintes casos: 1) Devido ao término do prazo de duração aqui acordado. 2) Pelo incumprimento de qualquer uma das cláusulas do presente contrato que impossibilite definitivamente a sua execução. 3) De comum acordo entre as partes. 4) Por motivo de força maior ou caso fortuito que impossibilite a continuação da prestação dos serviços acordados.

Se, no momento da rescisão antecipada, estiverem pendentes tarefas específicas de um projeto ou obra, estas continuarão a ser realizadas até à sua conclusão, salvo disposição em contrário nos documentos assinados para acordar ações específicas.

DÉCIMO QUARTO: SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS. As partes acordam que qualquer questão não expressamente prevista no presente Acordo e/ou qualquer discrepância quanto à sua aplicação, interpretação, modificação e/ou execução, será resolvida através do entendimento direto das partes, com base nas regras de boa-fé e de comum acordo entre elas, procurando-se para o efeito, a máxima colaboração para a resolução de diferendos, e no caso de chegar a um acordo, as partes assinarão um registro no qual os acordos alcançados serão registrados. Se, após o esgotado este estágio, o conflito continuar, as partes têm o direito de recorrer à jurisdição competente.

DÉCIMO QUINTO. MODIFICAÇÕES, SUSPENSÕES OU ACRÉSCIMOS. Quaisquer modificações,
A suspensão ou adição a este Contrato será acordada de comum acordo, por escrito e assinado entre as partes, em um documento que fará parte integrante dele, pelo menos 30 (trinta) dias antes da expiração deste Acordo. A modificação, suspensão ou adição proposta deve ser apresentada por escrito e assinada por todas as partes.

DÉCIMO SEXTO. INCAPACIDADES E INCOMPATIBILIDADES: As partes declaram, sob a gravidade do juramento que se entende ter sido prestado com a assinatura deste documento, que não incorrem em nenhuma das causas de incompatibilidade e incapacidade legal ou estatutária, consagradas na Lei para celebrar este contrato.

DÉCIMO SÉTIMO. SISTEMA DE GESTÃO DO RISCO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

FINANCIAMENTO DO TERRORISMO - SARLAFT: As partes comprometem-se a cumprir, no desenvolvimento deste acordo e de seus acordos específicos, os regulamentos chilenos, brasileiros e internacionais em vigor sobre lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, suborno, suborno transnacional ou qualquer outra legislação aplicável, bem como a implementar os mecanismos destinados a detectar transações suspeitas e, em geral, a abster-se de se envolver em qualquer conduta que seja considerada ou pode ser considerada uma atividade destinada a lavar ativos ou financiar atividades terroristas ou que seja ilícita. As partes declaram que nem seus bens, nem os bens ou elementos com os quais essa relação é executada ou que devem ser consagrados nos acordos específicos são produto de atividades ilícitas, nem se destinam a qualquer atividade ilícita. Caso uma das instituições ou seus funcionários ou qualquer um de seus sócios, façam parte da lista do OFAC (Office Of Foreign Assets Control) ou lista Clinton, ou outra de natureza igual ou semelhante, de natureza nacional ou internacional, ou tenha sido condenada judicialmente por qualquer crime, serão responsáveis pelos danos que tal

relatório ou sentença causar às outras partes. **Além disso, este contrato pode ser rescindido unilateralmente** a qualquer momento em relação à parte envolvida, conforme uma causa objetiva para a rescisão do contrato está configurada.

DÉCIMO OITAVO: MANUAL DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO, FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E DELITOS OFICIAIS: As partes declaram como parte deste contrato/acordo, as disposições do Manual de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Crimes Oficiais, aprovado pela Resolução Isenta nº 05, de 10 de janeiro de 2023, e Resolução Isenta nº 2 de 9 de janeiro de 2023, que aprova o Código de Ética da Universidade de Atacama, ambos do Registro I do Departamento de Recursos Humanos, documentos disponíveis no site institucional. As partes declaram que leram e aceitaram este regulamento e comprometem-se a garantir que sejam plenamente respeitados. Qualquer violação dos regulamentos da universidade sobre a prevenção de AML/FT e DF constituirá uma violação grave das obrigações decorrentes do contrato/acordo, o que implicará a possibilidade de rescisão antecipada imediatamente"

DÉCIMO NONO: POLÍTICA DE GÊNERO: As partes declaram como parte deste acordo a política de igualdade de gênero da Universidade do Atacama e da Fundação Universidade Estadual do Ceará, bem como os modelos de prevenção e a Portaria que sanciona o assédio sexual, a violência de gênero e a discriminação arbitrária, aprovados pela resolução isenta nº 283, de 7 de setembro de 2022, bem como o Regulamento que define regras sobre respeito à identidade e/ou expressão de gênero, garante o uso e reconhecimento do nome empresarial e a proteção na retificação do nome legal na Universidade do Atacama, aprovado pela resolução isenta nº 234, de 21 de dezembro de 2020, documentos, disponível em https://transparencia.uda.cl/ e/ou htpp://www.oficinadegenero.uda.cl/. As partes indicam que estão cientes deste regulamento, aceitam-no e respeitam-no, e comprometem-se a garantir que sejam plenamente respeitadas em relação a todas as pessoas que estejam vinculadas às atividades realizadas pela Universidade do Atacama ou pela Fundação Universidade Estadual do Ceará no âmbito deste acordo. Qualquer violação dos regulamentos universitários sobre Equidade de Gênero, dignidade das pessoas, violência e não discriminação de gênero implicará a possibilidade de rescisão antecipada deste contrato imediatamente.

VINTE: LIQUIDAÇÃO: Este acordo será liquidado por mútuo acordo pelas PARTES no prazo de 06 (seis) meses após o término do prazo de execução acordado. O registro de liquidação registrará os acordos, conciliações e acordos alcançados pelas partes para pôr fim às diferenças apresentadas. Os coordenadores apresentarão todos os apoios que suportam a liquidação do mesmo. Em caso de decurso dos prazos indicados nas cláusulas anteriores, os prazos estabelecidos por cada estatuto contratual das duas partes podem estar disponíveis para proceder à liquidação do presente acordo.

VIGÉSIMO PRIMEIRO. DOMICÍLIO: Para todos os efeitos legais, o domicílio deste contrato será a cidade de Fortaleza, Estado do Ceará - Brasil, e indistintamente a cidade de Copiapó, Região de Atacama – Chile.

VIGÉSIMO SEGUNDO. PERFEIÇÃO E LEGALIZAÇÃO: Para o aperfeiçoamento e legalização deste contrato, é necessária a assinatura das partes envolvidas no mesmo.

VIGÉSIMO TERCEIRO. PUBLICAÇÃO: Cada Parte fará a publicação oficial de um extrato do presente Acordo se determinado pela legislação do respectivo país.

Para registro, é assinado pelas partes na cidade de Fortaleza - Estado do Ceará, Brasil, em 21 de janeiro de 2026.

Darcio Italo Teixeira
Vice-Presidente
Representante
Fundação Universidade Estadual do Ceará.

MARIA JOSE GALLARDO NELSON
Vice-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação
Representante
Universidade do Atacama.

UNIVERSIDAD DE ATACAMA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

CONVENIO DE COLABORACIÓN ENTRE *LA UNIVERSIDAD DE ATACAMA* - CHILE Y LA FUNDACIÓN UNIVERSIDAD DEL ESTADO DE CEARÁ - BRASIL

Entre los abajo firmantes: **MARIA JOSE GALLARDO NELSON,** mayor de edad, domiciliada en Avenida Copayapu 485, Copiapó, Región de Atacama – Chile, suficientemente facultada en su calidad de VICERRECTORA DE INVESTIGACIÓN POSTGRADO, quien actúa en representación de la **UNIVERSIDAD DE ATACAMA,** RUT 71.236.700-8, corporación de derecho público, del mismo domicilio, en adelante **UDA**; y el Prof. Dr. **DARCIO ITALO TEIXEIRA**, mayor de edad, domiciliado en la ciudad de Fortaleza, estado de Ceará, Brasil, titular del RG n.º 200401028301-7 y del CPF n.º 714.757.613-68, en su calidad de Vicepresidente en ejercicio de la Presidencia de la **FUNDACIÓN UNIVERSIDAD DEL ESTADO DE CEARÁ**, en adelante denominada **UECE**, han acordado celebrar el presente **ACUERDO DE COLABORACIÓN**:

CONSIDERACIONES

PRIMERA: Que **la UNIVERSIDAD DE ATACAMA** es una universidad pública y tradicional del Estado de Chile, miembro del Consorcio de Universidades Estatales de Chile y del Consejo de Rectores de las Universidades Chilenas, y también es miembro de la Asociación de Universidades Regionales de Chile, con personalidad y patrimonio propios, autónomos y regidos por sus propios Estatutos, que indican que su objetivo es "la enseñanza y el cultivo superior de las artes, de las letras y las ciencias", de aquí en adelante

SEGUNDO: Que **la FUNDACIÓN UNIVERSIDAD DEL ESTADO DE CEARÁ** es una persona jurídica de derecho público, autónoma y, de conformidad con las disposiciones antes mencionadas, goza de personalidad jurídica propia y plena capacidad de obrar dentro de su ámbito de actuación, habiendo confiado el servicio público de educación superior, enseñanza, estudio e investigación, que realiza mediante el cumplimiento, entre otros, el propósito de promover la sistematización, desarrollo y difusión de diferentes formas de conocimiento humano, valorando los estándares culturales de las comunidades locales, regionales y nacionales.

TERCERO: Que las entidades que celebran este Acuerdo, es decir, la UDA y la UECE, son entidades que incluyen entre sus objetivos, funciones y misiones, el establecimiento y desarrollo de relaciones de cooperación internacional entre ambas instituciones a través de la colaboración académica, científica y cultural.

QUINTO: Que la UDA y la UECE consideran de suma importancia buscar la integración institucional, como estrategia fundamental para promover un proceso de planificación y

desarrollo de la cooperación internacional, en beneficio de ambas instituciones, basado en la docencia, la investigación y la articulación con el entorno.

SEXTO: Que para lograr los propósitos conjuntos, es necesario aunar esfuerzos y desarrollar mecanismos de colaboración y apoyo interinstitucional que aceleren y logren el objeto de este acuerdo.

SÉPTIMO: Que la UDA y la UECE coinciden en el interés de realizar actividades educativas en base a lo anterior; por lo tanto, se abre un amplio espectro de posibilidades de colaboración, considerando oportuno firmar un protocolo que permita un uso más óptimo de los recursos y una colaboración activa en el desarrollo de temas de interés común.

OCTAVO: Que, considerando los objetivos que se exponen a continuación, las partes declaran tener especial interés en compartir conocimientos y experiencias en el ámbito de las políticas públicas, teniendo en cuenta que la UECE está desarrollando un Doctorado en Políticas Públicas y la UDA una Maestría en Políticas Públicas y Gestión Territorial.

En vista de lo anterior, las partes acuerdan suscribir el presente acuerdo de colaboración, que se regirá por las siguientes cláusulas:

CLÁUSULAS

PRIMERO: OBJETIVO. Establecer las bases de una COLABORACIÓN mutua entre la UDA y la UECE, para la realización de procesos y actividades en beneficio de la investigación y la innovación, la docencia y la tecnología, la interacción social en general, las pasantías, y todas las áreas de interés recíproco propias de sus objetivos y funciones, con miras a la consecución de sus objetivos y al uso racional de sus recursos.

SEGUNDO: TÉRMINOS DE COLABORACIÓN. La colaboración interinstitucional se materializará, sin excluir otras posibilidades, en las acciones que se indican a continuación:

1. Crear, desarrollar y ejecutar conjuntamente Proyectos que promuevan la investigación y la innovación.
2. Preparar publicaciones conjuntas.
3. Organizar y desarrollar eventos de interés para ambas partes.
4. Intercambiar experiencias y estudios propios en el desarrollo del objeto de este acuerdo.
5. Crear y desarrollar procesos de formación en temas relacionados con la investigación, la vinculación con el medio ambiente y la innovación.
6. Desarrollar recursos educativos, contenidos y herramientas para la investigación, la interacción social y la innovación.

7. Realizar procesos de movilidad internacional para profesores y estudiantes de ambas universidades.
8. Realizar las prácticas formativas, tecnológicas, profesionales y demás estadías académicas de estudiantes de pregrado o de postgrado de ambas universidades, en las diferentes dependencias académicas de ambas instituciones.
9. Este acuerdo no impide que cualquiera de las partes celebre acuerdos similares con otras instituciones o universidades de carácter nacional o internacional.

TERCERO: ACUERDOS ESPECÍFICOS. Las acciones específicas de colaboración que se deriven de la aplicación del presente acuerdo marco serán consensuadas por quienes estén facultados para ello, de acuerdo con el reglamento interno de cada institución. Estos acuerdos específicos formarán parte integrante del presente acuerdo a todos los efectos y contendrán toda la información y los documentos necesarios para determinar sus fines y alcance, así como la responsabilidad económica de cada parte. Para la elaboración de acuerdos específicos se tendrá en cuenta la autonomía de las partes, el justo equilibrio entre aportaciones y beneficios a las instituciones y la disponibilidad de recursos.

CUARTO: EL CONTENIDO DE LOS ACUERDOS ESPECÍFICOS. Los proyectos y/o actividades objeto de convenios específicos, enmarcados en este convenio, deberán incluir, entre otros, los siguientes aspectos: Definición del objetivo a perseguir; descripción de la obra, incluyendo las diferentes fases y cronología de su desarrollo; asociación con tercera instituciones públicas o privadas en el caso que proceda; presupuesto total y recursos materiales y humanos necesarios para la ejecución del proyecto, identificando las aportaciones de cada entidad; normas de coordinación; ejecución y seguimiento del proyecto; número de personas por cada parte que serán designadas de mutuo acuerdo y serán responsables del progreso del acuerdo respectivo; definición clara de los derechos de propiedad intelectual o modalidades de comercialización de los resultados, si las hubiera; y aquellos que ambas partes consideren pertinentes.

QUINTO: OBLIGACIONES CONJUNTAS. Las partes se comprometen a:

1. Luchar por la calidad de la academia de las dos casas de estudio.
2. Establecer vínculos académicos en relación con las tres funciones sustantivas de la universidad: docencia, investigación y vinculación con el entorno e interacción social.
3. Realizar los procesos desarrollados de manera conjunta, teniendo en cuenta los parámetros éticos y bioéticos de cada uno de los países y universidades.
4. Crear espacios que permitan exaltar los valores institucionales de ambas casas de estudio.

SEXTO: SUPERVISIÓN. El profesor MARIO MATURANA CLARO, Director del Centro de

Gobernanza, Política y Gestión Pública de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la **Universidad de Atacama,** actuará como coordinador de este convenio. Por parte de la **Fundación Universidad del Estado de Ceará**, el coordinador encargado de velar por la correcta ejecución del convenio será JOSÉ JOAQUIM NETO CISNE, Director del Centro de Estudios Sociales Aplicados, CESA. Las funciones de los coordinadores, sin perjuicio de lo dispuesto en la ley de supervisión, son: velar por el cumplimiento del acuerdo en los términos acordados; mantener la consolidación de la información generada en la ejecución del contrato; organizar el archivo de la documentación generada en el desarrollo del contrato y enviarla a su archivo original; emitir informes y conceptos fundamentados con el apoyo necesario sobre las diferentes circunstancias que se presenten en la ejecución del contrato; tramitar oportunamente, si es necesario, modificaciones contractuales, prórrogas, suspensiones, su liquidación; y verificar el cumplimiento de los requisitos para la ejecución del contrato, incluyendo la constitución de garantías y su modificación en su caso.

SÉPTIMO: ASPECTOS FINANCIEROS. Todos los aspectos de carácter económico serán acordados entre las partes a través de los **Acuerdos Específicos**. Se aclara que la firma de este convenio no conlleva gastos presupuestarios para ninguna de las partes.

OCTAVO: PROPIEDAD INTELECTUAL. La propiedad intelectual derivada de los trabajos realizados como consecuencia del presente acuerdo estará sujeta a las disposiciones legales aplicables y a los instrumentos específicos suscritos por las partes al respecto, otorgando el correspondiente reconocimiento a quienes hayan intervenido en la ejecución del mismo.

NOVENO: EXCLUSIÓN DE LA RELACIÓN LABORAL. Las personas que participan en las actividades realizadas en virtud de este acuerdo mantienen siempre un vínculo con la institución de origen y, por lo tanto, no adquieren una relación laboral con el anfitrión.

DÉCIMO: EXCLUSIÓN DE LA SOLIDARIDAD. No existirá un régimen de responsabilidad solidaria entre las partes del presente acuerdo, cada una responderá frente a terceros de las obligaciones que específicamente asuma como consecuencia del mismo.

UNDÉCIMA: ATRIBUCIÓN. Este acuerdo se celebra teniendo en cuenta a las partes firmantes y el propósito para el cual se pretende desarrollar; en consecuencia, ninguna de ellas puede cederlo sin el consentimiento expreso y por escrito de la otra.

DUODÉCIMA: DURACIÓN Y EXTENSIÓN. Este acuerdo tendrá una duración de **cinco (5) años** a partir de la fecha de su firma. PARÁGRAFO: Cualquier modificación, suspensión, extensión o adición al presente contrato deberá ser mutuamente acordada, por escrito y firmada entre las partes, en un documento que formará parte integrante del contrato, antes de su vencimiento.

UNIVERSIDAD DE ATACAMA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

DECIMOTERCERO: TERMINACIÓN. El presente contrato cesará definitivamente y cesarán los servicios a que se refiere el mismo en los siguientes casos: 1) Por expiración del plazo aquí pactado. 2) Por incumplimiento de cualquiera de las cláusulas de este contrato que imposibilite definitivamente su ejecución. 3) Por mutuo acuerdo entre las partes. 4) Por causas de fuerza mayor o caso fortuito que imposibiliten continuar prestando los servicios acordados.
Si en el momento de la terminación anticipada están pendientes tareas específicas de un proyecto u obra, estas continuarán realizándose hasta su finalización, salvo que se disponga lo contrario en los documentos firmados para acordar acciones específicas.

DECIMOCUARTA: SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS. Las partes acuerdan que cualquier cuestión no prevista expresamente en el presente Acuerdo y/o cualquier discrepancia en cuanto a su aplicación, interpretación, modificación y/o ejecución, se resolverá mediante el entendimiento directo de las partes, con base en las reglas de buena fe y mutuo acuerdo entre ellas, buscando para tal fin, la máxima cooperación para la resolución de controversias, y en caso de llegar a un acuerdo, las partes firmarán un registro en el que se harán constar los acuerdos alcanzados. Si, una vez agotada esta etapa, el conflicto continúa, las partes tienen derecho a acudir ante la jurisdicción competente.

DECIMOQUINTO. MODIFICACIONES, SUSPENSIONES O ADICIONES. Cualquier modificación,la suspensión o adición a este Acuerdo se acordará mutuamente por escrito firmado por las partes en un documento que formará parte integral de este Acuerdo al menos treinta (30) días antes del vencimiento de este Acuerdo. La modificación, suspensión o adición propuesta debe ser por escrito y firmada por todas las partes.

DECIMOSEXTO. INCAPACIDADES E INCOMPATIBILIDADES: Las partes declaran, bajo la gravedad del juramento que se entiende prestado con la firma del presente documento, que no incurren en ninguna de las causas de incompatibilidad e incapacidad legal o estatutaria, consagradas en la Ley para celebrar el presente contrato.

DECIMOSÉPTIMO. SISTEMA DE GESTIÓN DE RIESGOS DE LAVADO DE DINERO Y LAVADO DE DINERO

FINANCIAMIENTO DEL TERRORISMO - SARLAFT: Las partes se comprometen a cumplir, en el desarrollo del presente acuerdo y sus acuerdos específicos, con la normatividad chilena, brasileña e internacional vigente en materia de lavado de activos y financiamiento del terrorismo, soborno, soborno transnacional o cualquier otra legislación aplicable, así como a implementar los mecanismos destinados a detectar transacciones sospechosas y, en general, a abstenerse de incurrir en cualquier conducta que se considere o puede considerarse una actividad destinada a lavar activos o financiar actividades terroristas o que es ilegal. Las partes

declaran que ni sus bienes, ni los bienes o elementos con los que se ejecuta esta relación o que deben consagrarse en los acuerdos específicos son producto de actividades ilícitas, ni están destinados a ninguna actividad ilícita. Si una de las instituciones o sus empleados o alguno de sus socios, se encuentran en la lista de la OFAC (Oficina de Control de Activos Extranjeros) o lista Clinton, u otra de igual o similar naturaleza, de carácter nacional o internacional, o ha sido condenada por algún delito, responderá de los daños y perjuicios que dicha denuncia o sentencia cause a las demás partes. **Además, este contrato podrá ser resuelto unilateralmente en** cualquier momento en relación con la parte implicada, si se llegase a configurar una causa objetiva para la resolución del contrato.

DECIMOCTAVA: MODELO DE PREVENCIÓN DE LAVADO DE ACTIVOS, FINANCIAMIENTO DEL TERRORISMO Y DELITOS OFICIALES: Las partes declaran como parte del presente contrato/convenio, lo dispuesto en el Manual de Prevención de Lavado de Activos, Financiamiento del Terrorismo y Delitos Oficiales, aprobado por Resolución Exenta No. 05, de 10 de enero de 2023, y Resolución Exenta No. 2 de 9 de enero de 2023, que aprueba el Código de Ética de la Universidad de Atacama, ambos del Registro I del Departamento de Recursos Humanos, documentos disponibles en el sitio web institucional. Las partes declaran haber leído y aceptado el presente Reglamento y se comprometen a velar por su pleno respeto. Cualquier violación de la normativa de la universidad sobre la prevención de LA/FT y DF constituirá un incumplimiento grave de las obligaciones derivadas del acuerdo, lo que implicará la posibilidad de terminación anticipada de forma inmediata.

DECIMONOVENO: POLÍTICA DE GÉNERO: Forman parte integrante de este convenio, la Política de Igualdad de Género de la Universidad de Atacama y de la Fundación Universidad del Estado de Ceará; la Ordenanza que sanciona conductas de acoso sexual,violencia de género y discriminación arbitraria; el Reglamento que define normas sobre el respeto a la identidad y/o expresión de género, garantiza el uso y reconocimiento del nombre social y la protección en la rectificación del nombre legal en la Universidad de Atacama, documentos disponibles en la página web de la Universidad www.uda.cl, de tal manera que entiende y acepta expresamente el contenido de los documentos antes señalados, y se obliga a su pleno respeto. Las partes señalan conocer dicha normativa, aceptarla y respetarla, y se comprometen a velar por su pleno respeto, respecto de todas las personas que se vinculen a las actividades que ejecuten la Universidad de Atacama y la Fundación Universidad del Estado de Ceará en el marco del presente convenio. Cualquier infracción a la normativa universitaria en materia de Igualdad de Género, dignidad de las personas, violencia y no discriminación de género importará la posibilidad de poner término anticipado al presente convenio de manera inmediata.

VEINTE: LIQUIDACIÓN: Este acuerdo se resolverá de mutuo acuerdo por las PARTES dentro de los seis (6) meses posteriores a la finalización del período de ejecución acordado. El registro de liquidación registrará los acuerdos, conciliaciones y acuerdos alcanzados por las partes para

poner fin a las diferencias presentadas. Los coordinadores presentarán todo el apoyo que apoye la liquidación de la misma. En caso de expiración de los plazos indicados en las cláusulas anteriores, podrán estar disponibles los plazos establecidos por cada estatuto contractual de las dos partes para proceder a la liquidación del presente acuerdo.

VIGÉSIMO PRIMERO. DOMICILIO: Para todos los efectos legales, el domicilio de este convenio será la ciudad de Fortaleza , Estado de Ceará - Brasil, e indistintamente la ciudad de Copiapó, Región de Atacama – Chile.

VIGÉSIMO SEGUNDO. PERFECCIÓN Y LEGALIZACIÓN: Para la perfección y legalización de este contrato se requiere la firma de las partes implicadas en el mismo.

VIGÉSIMO TERCERO. PUBLICACIÓN: Cada parte hará la publicación oficial de un extracto de este Acuerdo si así lo exige la legislación de su país.

Para que conste, está firmado por las partes en la ciudad de Fortaleza, Estado de Ceará- Brasil, el día 21 de enero de 2026.

DARCIO ITALO ALVES TEXEIRA
Vice-Presidente
Representante
Fundación Universidad del Estado de Ceará

MARIA JOSE GALLARDO NELSON
Vice Rectora de Investigación y Postgrado
Representante
Universidad de Atacama